

ENTREVISTA COM:*Ilma Passos de Alencastro Veiga*

Por:

Silvana Malusá

Falar sobre a professora Ilma Passos de Alencastro Veiga, mesmo que em poucas linhas, é poder visualizar – e até retomar – o conceito e a prática de uma escola plural, que é o resultado dos muitos saberes necessários para o aprendizado contínuo, para um espaço de gestão democrática. Não apenas para isso, mas também para uma convivência social harmoniosa e fraterna, que é possível a partir do momento em que a instituição como um todo, respeitando modos de ver e pensar (às vezes distintos), consegue criar um clima de bem-estar para o aprendizado.

Estamos falando de uma escola plural em cujo local as vozes dos professores, funcionários e alunos que nela convivem sejam respeitadas, ouvidas e partilhadas continuamente, aperfeiçoadas periodicamente à luz dos acontecimentos históricos e das novas dimensões tecnológicas que nos levam a aventuras e descobertas de novos saberes e pensares. Estamos falando de uma professora que pensa plural, cuja trajetória acadêmica sugere um compromisso com o campo, como autora de diversas obras que contribuíram e contribuem muito com todos os aspectos que envolvem a escola e principalmente com a formação inicial e continuada do professor.

Ilma Passos de Alencastro Veiga é professora titular emérita e pesquisadora associada sênior da Universidade de Brasília – UnB, e leciona no Centro Universitário de Brasília, onde também coordena a Assessoria Pedagógica da Diretoria Acadêmica. Possui bacharelado e licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás (1961),

licenciatura em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física de Goiás (1967), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (1973), doutorado e pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1988). Com experiência na área de Educação, atua principalmente nos seguintes campos: formação de professor, didática, educação superior, docência universitária e projeto político-pedagógico. Orienta dissertações, teses e supervisiona atividades de pós-doutoramento. Atualmente é membro da Comissão de Supervisão Pedagógica dos Cursos de Formação de Professores na área de Pedagogia da Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação.

Silvana Malusá (SM) – *Considerando sua longa trajetória profissional/acadêmica, quais os principais aspectos que justificam estudos na área da docência universitária?*

Ilma Passos (IP) – Entre os principais aspectos que justificam estudos na área de docência universitária, destaco alguns:

- a) visão reducionista do artigo 66 da Lei 9.394/96, que situa a formação docente como *preparo* para o exercício do magistério superior em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e de doutorado. De forma geral, a formação pedagógica do professor da educação superior continua praticamente ausente no currículo da pós-graduação *stricto sensu*. Os cursos de especialização *lato sensu* oferecem a disciplina Metodologia ou Didática do Ensino Superior. A disciplina é obrigatória para a instituição e optativa para o participante do curso *lato sensu*;
- b) ampliação e diferenciação das instituições voltadas para o ensino, o que propiciou o aumento do quadro docente, na maioria contando com professores não formados para o magistério;

- c) expansão da matrícula, o que proporcionou maior heterogeneidade do público que adentrou na universidade, exigindo um novo perfil do professor;
- d) a docência na educação superior ainda continua a ter como exigência a ênfase no conhecimento científico, uma vez que os concursos públicos para admissão docente não consideram a formação pedagógica;
- e) políticas avaliativas que estão a exigir melhorias qualitativas na prática docente. Isso implica questionar a qualidade da própria pedagogia universitária.

SM – Quais seriam os principais temas vinculados à docência universitária que, na atualidade, tornam-se mais importantes em termos de desenvolvimento de pesquisa? Por quê?

IP – A seleção e a organização dos temas visam articular teoria e prática na construção dos conhecimentos pedagógicos necessários à formação docente. São os seguintes os temas articuladores da formação:

- a) política da educação superior e as políticas institucionais;
- b) planejamento, organização e sistematização da educação superior na instituição: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Proposta Pedagógica da Instituição (PDI) e Projeto Pedagógico de Curso (PPC);
- c) planejamento, organização e sistematização do currículo, do processo de ensino e aprendizagem e avaliação da aprendizagem e do projeto pedagógico: os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, interdisciplinaridade, relação teórico-prática, contextualização, flexibilidade, transversalidade e acessibilidade pedagógica;
- d) metodologia, docência universitária e análise da prática pedagógica.

SM – Será que os professores das diversas áreas do saber, formadores dos futuros profissionais, compreendem a importância e a necessidade dos

conhecimentos didático-pedagógicos em seu exercício docente? E de que forma a prática deles pode repercutir na qualidade do processo formativo de seus discentes?

IP – De forma geral, os professores não se preparam para ingressar na profissão, visto que sua formação inicial não foi para o exercício da docência. A formação continuada é responsabilidade da instituição e do próprio docente. Infelizmente, os cursos de mestrado e doutorado não preparam docentes e sim pesquisadores e, no entanto, a oportunidade propiciada pelo mundo do trabalho é quase sempre uma instituição de educação superior para o exercício do ensino. Para os professores universitários de diversos campos científicos, os aspectos pedagógicos geralmente não são relevantes, o que, muitas vezes, não fortalece a melhoria da qualidade do ensino. Pesquisas realizadas têm evidenciado esse desprestígio do campo pedagógico. Há muita resistência por parte de alguns, enquanto outros percebem que somente o saber científico atende à necessidade da sala de aula. Nesse sentido, a prática docente repercute de forma transmissiva do professor para o estudante. É uma ação didática centralizada na pessoa do professor que deixa o estudante numa posição inativa, silenciado e, conseqüentemente, sem participação. Cabe ressaltar que o exercício da docência exige a compreensão das dimensões didático-pedagógicas. Assim, é fundamental que o docente universitário se aproprie das formas de interpretação da realidade e do objeto dos campos científicos para intervir na prática docente.

SM – *Por que apenas o campo da educação respeita e valoriza as práticas de ensino universitário e, em outros campos do saber, basta apenas ser formado numa área específica, entrar em sala de aula e sair discorrendo sobre*

assuntos sem nenhum preparo do ponto de vista pedagógico/didático? Isso é um erro, um improviso ou falta de compromisso das universidades?

IP – A formação para o exercício da docência é realizada em curso de licenciatura para ministrar aulas na educação básica. Os docentes licenciados são os que realmente valorizam as práticas de ensino universitário por já terem uma formação inicial na licenciatura e por terem realizado a formação continuada no *lato sensu*. Mesmo os docentes que realizam cursos no nível *stricto sensu* geralmente não estão se preparando para o exercício da docência. Os professores não licenciados, ou seja, portadores de diplomas de bacharelado e sem preparo didático-pedagógico, ainda não compreendem a necessidade da formação. Isso não é um erro, um improviso ou falta de compromisso das universidades. Trata-se de paralisia epistemológica, de resistência à inovação e, mais forte ainda, da ausência de uma política pública voltada para a formação dos docentes universitários por meio de um instrumento normativo, como também da reconfiguração do artigo 66 da Lei 9.394/96. A formação pedagógica oferecida aos docentes é importante não só pelas ações voltadas para ensinar, aprender, pesquisar e avaliar, como também por oportunizar referências inovadoras para lidar com os processos pedagógicos e organizacionais mais amplos e profundos da educação superior. Por isso, posso afirmar que tanto a instituição como o próprio docente são comprometidos com o seu desenvolvimento profissional.

SM – *Hoje tem sido recorrente a perplexidade dos educadores com a invasão dos aparelhos celulares em sala de aula. Que medidas os docentes da universidade podem tomar para diminuir a intensidade desse tipo de ruído? E complementando, em que medida as novas tecnologias afetam a dimensão pedagógica/didática em sala de aula? Estaríamos mais próximos do fim da*

sala de aula e do atendimento individual aos alunos, como tem sido prática hoje nas práticas de ensino a distância?

IP – A formação faz com que o docente passe a compreender a influência das tecnologias da informação e da comunicação no desenvolvimento da educação superior e também a valorizá-las. A formação didático-pedagógica passa pela reflexão sobre as necessidades e a importância dos avanços tecnológicos e pela necessidade de discutir possíveis formas de reduzir ou somar os conflitos, as tensões e as dúvidas dos docentes e estudantes em sala de aula, laboratórios e outros espaços educativos, formativos e investigativos. Para tanto, é necessário compreender a relação pedagógica de cunho emancipatório e dialógico do processo e a relação de unicidade entre teoria e prática no âmbito das tecnologias que hoje permeiam o ensinar, o aprender, o pesquisar, o avaliar e o socializar. Cabe, portanto, aos docentes e estudantes, o estabelecimento de um contrato de trabalho que envolva orientações normativas consensuadas para o uso de avançados instrumentos tecnológicos. Um Programa de Desenvolvimento Profissional Docente tem por base fundante a leitura, a compreensão e a análise interpretativa da prática. Ao refletirem sobre suas práticas pedagógicas e construírem novas formas de ser e estar na profissão, os docentes tomam consciência da relevância da docência na educação superior. O desenvolvimento profissional não pode ser imediatista, simplista e improvisado. A valorização do processo de concepção, execução e avaliação do Programa passa pela presença imprescindível do professor e de estudantes, sujeitos humanos, históricos e inseridos na sociedade. Defendo a imprescindibilidade do professor na concepção, execução e avaliação do processo educativo. A tecnologia se desenvolve e avança por meio do pensar e sentir humanos.

SM – *Há o lema/compromisso do governo brasileiro, na atualidade, de transformar o Brasil numa “pátria educadora”. A seu juízo, isso é apenas um slogan ou pode vir a se tornar uma realidade no nosso País? Que tipos de esforços as universidades podem fazer ou têm feito para alcançar esses objetivos?*

IP – Trata-se apenas de um *slogan* audacioso. Sonhar com uma “pátria educadora” é uma utopia possível desde que assumida como compromisso político e ético. O documento do mesmo nome que referencia o *slogan* não foi assumido e nem aprovado pelas associações acadêmicas da sociedade civil. Portanto, ficou apenas um sonho impossível de ser realizado nesse momento histórico da sociedade brasileira. Com relação à universidade, de forma geral, o *slogan* nem passa por discussões. Fica o dito pelo não dito. Não percebo discussões em torno de um documento elaborado por um profissional que não convive com a nossa realidade brasileira.

SM – *Para finalizar, uma pergunta aparentemente simples: o que é necessário para ser um docente universitário?*

IP – Muitas são as exigências contemporâneas que as instituições de educação superior enfrentam para realizar o desenvolvimento profissional docente. Geralmente, as propostas de desenvolvimento docente surgem por iniciativa da instituição por falta de amparo legal da LDB 9.394/96 em seu artigo 66, indicando os programas de mestrado e doutorado como o *locus* da formação. Não há uma exigência própria que anteceda a entrada do professor na instituição. O exercício da docência no âmbito de profissionalização requer conhecimentos específicos, pedagógicos e experienciais que contemplem:

- a) os fundamentos históricos, sociais e políticos da educação superior no Brasil e suas articulações com a instituição;
- b) ensino, aprendizagem, pesquisa, extensão e docência na educação superior: teoria e prática pedagógica;
- c) as diretrizes curriculares, a Proposta Pedagógica Institucional e o Projeto Político Pedagógico dos cursos de graduação, contendo intencionalidades, princípios, objetivos e conteúdos curriculares;
- d) a discussão dos fundamentos teóricos e metodológicos para o ensino superior e as técnicas de ensino problematizadoras;
- e) a articulação entre os diferentes níveis de avaliação: larga escala, institucional e das aprendizagens;
- f) o processo pedagógico e a interação e comunicação do ensino e aprendizagem mediado pelos conhecimentos e pelas tecnologias.

Ter entrevistado a professora Ilma Passos de Alencastro Veiga para o dossiê “Docência universitária – dimensões teóricas e pressupostos da prática”, resultado de estudos e reflexões do grupo de pesquisa “Desenvolvimento profissional e docência universitária: saberes e práticas educativas”, no periódico ENSINO em RE-VISTA, significou ter conosco, além de uma simpatia de pessoa, um grande nome *da e para* a Educação Brasileira. Representou, ainda, a oportunidade de registrar suas convicções sobre docência universitária, podendo entregar a esta publicação flores simbólicas por meio da fala de uma pesquisadora densa e generosa, sagaz e competente, que, ao longo dos anos, tem feito de sua trajetória acadêmica uma contribuição permanente com o pensar plural para que o ensino no Brasil ganhe em qualidade.

Silvana Malusá

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Recebido em outubro de 2015.
Aprovado em janeiro de 2016.